

A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA A ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA E DOS DESAFIOS DO FEMINISMO PARA O PRESENTE¹

Danielle Jardim da Silva²

RESUMO

A Revolução Russa foi uma experiência impressionante no que tange às políticas gestadas e implementadas para as mulheres. O governo soviético garantiu direitos legais, políticas de socialização do trabalho doméstico e a inserção das mulheres no trabalho, educação, política, cultura, etc. Entretanto, essa experiência histórica apresentou limites em suas formulações e aplicação, bem como sofreu retrocessos importantes, sobretudo sob o governo de Stalin.

Este artigo tem como objetivo abordar os limites teóricos e históricos das políticas soviéticas para as mulheres utilizando para isso o recurso à teoria da reprodução social, abordagem e campo de estudos que vem crescendo nos últimos anos, para pensar desafios políticos e teóricos do feminismo do presente.

Para isso, abordaremos brevemente as políticas soviéticas para as mulheres e a família presentes na Revolução Russa e nos governos soviéticos dos anos 1920-1930, buscando apontar avanços e limites das mesmas; apresentaremos algumas concepções presentes no pensamento de Alexandra Kollontai (e compartilhados por muitas lideranças socialistas do período), tanto em seus aspectos positivos quanto negativos; bem como retomaremos um balanço sobre as políticas do período stalinista voltadas as mulheres e à família. Dessa forma, buscaremos refletir sobre as conformações das esferas de produção e reprodução, bem como sobre a divisão sexual do trabalho no regime soviético.

Conectando o balanço dessa experiência histórica com o presente, busco alertar sobre a necessidade de as perspectivas feministas marxistas refletirem sobre a conformação das relações entre produção e reprodução sociais, tanto no capitalismo quanto na construção da superação deste em um futuro emancipador.

Palavras-chaves: teoria da reprodução social, URSS, Alexandra Kollontai

¹ Este artigo tem como base minha dissertação de mestrado, defendida em 2018 sob o título *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2206.pdf>.

² Especialista em Gênero e Sexualidade pelo IMS/UERJ-CLAM, mestre e doutoranda em História Social pela UFF.

ABSTRACT

The Russian Revolution was an impressive experience with policies developed and implemented for women. The Soviet government guaranteed legal rights, socialization policies for domestic work and women's access to work, education, politics, culture, etc. However, this historical experience had limits in its formulations and application and suffered important setbacks, especially under Stalin's rule.

This article aims to address the theoretical and historical limits of Soviet policies for women using social reproduction theory, an approach and field of study that has been growing in recent years to think of political and theoretical challenges of feminism in present.

To this end, we will briefly discuss the Soviet policies for women and the family present in the Russian Revolution and the Soviet governments of the 1920s and 1930s, seeking to point out its achievements and limits ; present some conceptions of Alexandra Kollontai's thought (and shared by many socialist leaders of the period) in their positive and negative aspects; and discuss the policies of the Stalinist period directed towards women and the family. In this way, We will look forward to understand the conformations of the spheres of production and reproduction, as well as on the sexual division of labor in the Soviet regime.

By connecting this historical experience with the present, I seek to call attention for the need for Marxist feminist perspectives to reflect on the conformation of the relations between social production and reproduction, both in capitalism and in the building of its overcoming in an emancipatory future.

Keywords: social reproduction theory, URSS, Alexandra Kollontai

1. INTRODUÇÃO

Como, a partir da teoria da reprodução social, é possível confrontar a experiência soviética e as necessidades do presente e do futuro no que tange a libertação das mulheres? Essa é uma pergunta para a qual buscarei ensaiar uma resposta nas próximas páginas.

A teoria da reprodução social (TRS) vem se consolidando como instrumental teórico e como campo de estudos fora do Brasil já há alguns anos. Seu trabalho pioneiro nesse campo remete à Lise Vogel, em *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* (VOGEL, 2013), publicado pela primeira vez em 1983, mas foi nos últimos anos que o campo de estudos tem ganhado mais espaço. No Brasil, sua caminhada ainda é tímida, contando com a tradução de alguns textos de Cinzia Arruzza, David McNally e Sue Ferguson, e de Tithi Bhattacharya, publicados pela revista *Outubro*, pelos *Cadernos CEMARX* e pelo site *Esquerda Online*, além do início da utilização, por pesquisadores brasileiros, de bibliografias estrangeiras que trabalham com esse ponto de vista³, iniciativas que, no entanto, ainda estão longe de configurar um “campo de estudos” no Brasil.

Aqui, as referências teóricas sobre os estudos de gênero que mais tem se aproximado de uma perspectiva de encontro com os referenciais de classe, são as oriundas dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho e trabalho feminino, no qual Helena Hirata teve um papel importante em sua expansão. Recentemente, Mirla Cisne, sobretudo no campo do serviço social, vem contribuindo para a divulgação de uma perspectiva de reencontro entre gênero e classe, tendo como centralidade o conceito de relações sociais de sexo. Ambas as perspectivas se apoiam fortemente nos estudos de gênero da sociologia do trabalho francesa, bastante marcada por pesquisadoras como Danielle Kergoat, Jules Falquet e outras/os.

Entretanto, apesar de haver outras perspectivas mais consolidadas no Brasil, muitas com trabalhos extremamente sérios e pesquisas de grande qualidade, ao entrar em contato com os estudos sobre a teoria da reprodução social, tal perspectiva me

³ Algumas dessas iniciativas são: o trabalho recente de Marcelo Badaró Mattos, *Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil (2017)*, especialmente em seu capítulo IV "O sujeito histórico"; o artigo *Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e político*, de Barbara Araújo Machado (2017), a dissertação de minha autoria, citada na nota nº1 e *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*, dissertação de mestrado de Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca (FONSECA, 2019). No Rio de Janeiro, o Observatório da História da Classe Trabalhadora, grupo de pesquisa ligada à Universidade Federal Fluminense coordenado pelo professor Marcelo Badaró Mattos também tem se destinado a aprofundar o estudo, leitura e aplicação da TRS.

pareceu mais fiel às categorias marxianas e mais frutífera à compreensão da experiência soviética e de encontro entre marxismo e feminismo. Nesse artigo, trabalharemos com uma pequena parte desta produção intelectual, nos apoiando bastante sobre o trabalho de Lise Vogel (VOGEL, 2013), e diferentes publicações de Cinzia Arruzza, intelectual que vem contribuindo para o debate teórico sobre a opressão das mulheres a partir da recuperação/divulgação da teoria da reprodução social. Complementaremos essas duas referências com outras de autores/as pertencentes e não pertencentes a esse campo de estudos.

O objetivo do artigo é jogar algumas luzes no debate sobre o balanço histórico da experiência soviética no que tange a questão das mulheres. Mas gostaria de adverter meus/minhas possíveis interlocutores/as de que este artigo não “fará jus” à mesma, pois ele privilegiará os aspectos problemáticos dessa experiência, não se estendendo sobre esse riquíssimo momento de encontro entre feminismo e socialismo na história. Política e historicamente, no que tange às políticas para mulheres, a experiência soviética foi mais positiva que negativa, e foi responsável pela existência de um país onde as mulheres tiveram mais direitos que em qualquer outro no mundo por muitos anos. Todo programa e ações que se gestaram a partir (e antes) da Revolução de 1917, destinado a transformar a vida das mulheres, foi extremamente rico e poderoso. Também é necessário explicar que, diferentemente de outros artigos, não farei uma abordagem que vise apresentar de maneira sistemática a teoria da reprodução social, buscando mais um diálogo com a mesma do que uma exposição didática.

Queremos com isso se debruçar sobre os limites da maior revolução socialista da história, e dialogar com esses limites a partir da TRS, no intuito de conseguir formular os acúmulos necessários para o amadurecimento dos aprendizados dessa experiência e desafios que temos para o presente e para o futuro no encontro entre socialismo e feminismo. Nesse percurso, teremos como foco a questão do trabalho e a análise das relações entre produção e reprodução.

2. FEMINISMO, SOCIALISMO E HISTÓRIA: REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA RÚSSIA

Quando os bolcheviques chegaram ao poder, a Rússia era um país camponês, no início do século XX, marcado pela submissão da mulher e por uma forte religiosidade. Se por um lado, a Rússia abrigou uma sequência de reinados femininos e um movimento feminista bastante forte até a Primeira Guerra (CLEMENTS, 2012), por

outro lado, tinha uma cultura marcada pelo desprezo ao feminino e pela violência contra as mulheres⁴.

O acúmulo programático revolucionário buscou destruir a hierarquia patriarcal tradicional russa e, para essa tarefa, esteve em diálogo com diferentes tradições políticas que refletiram sobre as mulheres. O programa bolchevique refletia as influências tanto de um feminismo bem estruturado no país, que pressionava para a existência de uma elaboração superior por parte do movimento socialista, quanto das tradições do nihilismo e populismo russo, e era pavimentado sob o solo das formulações e experiências socialistas, com grande peso para a linha do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD⁵) e da II Internacional Socialista. (STITES, 1978)

Em situação de ilegalidade durante boa parte dos anos que precederam a Revolução de 1917, a atuação do partido socialdemocrata russo entre as mulheres surge a partir dos primeiros anos do século XX. Em 1901, Nadezhda Krupskaja escrevia *A Mulher Trabalhadora*, e, a partir de 1907, Alexandra Kollontai, em diálogo com Clara Zetkin no exterior, inicia esforços sistemáticos de organização das mulheres operárias, que serão continuados por outras dirigentes, sobretudo bolcheviques, nos seus anos de exílio até 1917⁶. A existência de todo um acúmulo socialista sobre a questão, somada ao protagonismo feminino no processo revolucionário, iniciado do Dia Internacional das Mulheres, convergiram para aumentar o tom das ações do governo soviético no que tange às políticas para as mulheres.

Em 1919, no artigo *A Grande Iniciativa*, Lênin, ressaltava os avanços do governo soviético nas políticas voltadas às mulheres dizendo que:

Nenhum partido democrático do mundo, em nenhuma das repúblicas burguesas mais avançadas, tem feito nesse aspecto, em dezenas de anos, nem a centésima parte do que temos feito no primeiro ano de nosso poder. Não

⁴ Nas famílias camponesas, a violência contra a mulher era legitimada e até mesmo aconselhada: um hábito comum durante séculos era o pai da noiva presentear o genro com um chicote no casamento, para que fosse usado “caso necessário”. Ditados como “Uma esposa não é uma jarra. Ela não vai quebrar se você bater nela um pouco” (CLEMENTS, 2012, p. 40) ou “Um frango não é um pássaro e uma *baba* (mulher) não é um ser humano” (GOLDMAN, 2014, p. 187) eram comuns entre os camponeses.

⁵ *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD).

⁶ Em 1907, Kollontai, juntamente a mulheres trabalhadoras, formaram a Sociedade de Ajuda Mútua de Trabalhadoras de São Petersburgo e, em 1908, o partido socialdemocrata participou do I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia, iniciativa do movimento feminista burguês. A primeira comemoração do Dia Internacional das Mulheres na Rússia se daria em 1913, sendo articulado por Konkordia Samoilova e Praskovia Kudelli. A partir desse ano também se iniciariam movimentações por parte de Samoilova, Inessa Armand, Liudmila Stal e Krupskaja que levariam a criação do jornal *Rabotnitsa* em 1914. (WOOD, 1997; CLIFF, 1981; STITES, 1978). Em 1917, antes de Kollontai voltar do exílio, Nina Agadzhanova, participou da organização da greve dos metalúrgicos de Vyborg, e juntamente com Maria Vydrina começou a organizar reuniões com as esposas de soldados (*soldatki*), manifestações, procura de armas para armar a multidão e soltar prisioneiros políticos, além de formar unidades de primeiros socorros (MCDERMID & HILLYAR, 1999, p. 72; 150).

temos deixado pedra sobre pedra, no sentido literal da palavra, das vergonhosas leis que estabeleciam a inferioridade jurídica da mulher [...]. Em todos os países civilizados subsistem numerosos vestígios destas leis, para a vergonha da burguesia e do capitalismo. Temos mil vezes razão para estarmos orgulhosos do que temos feito nesse sentido. (LENIN, 1919, p. 65)

De fato, nenhum governo na época garantiu tantos direitos para as mulheres quanto o regime soviético. A partir de 1917/1918, até os primeiros anos da década de 1920, haveria um intenso debate sobre a condição das mulheres, a família e os costumes, bem como uma intensa movimentação das próprias mulheres no sentido de sua participação política, econômica e na definição das políticas que deveriam ser dirigidas às mesmas. Isso se refletiu em uma riqueza de ações e políticas, tanto públicas (governamentais) quanto autorganizadas (populares), bastante impressionante.

Ao chegar ao poder, os bolcheviques formularam um programa de ação para garantir a igualdade das mulheres, que se baseava em principalmente 3 pontos: 1) Acabar com toda e qualquer barreira legal que impedia a construção da igualdade entre homens e mulheres garantindo às mesmas plenos direitos e implementando legislações avançadas sobre a família; 2) Socializar o trabalho doméstico, retirando-o do lar e da responsabilidade das mulheres a partir de diferentes serviços, transformá-lo em atividade assalariada e, dessa forma, liberar o tempo das mulheres para a participação na vida política, cultural e produtiva; 3) Incluir as mulheres no trabalho assalariado, acabando com sua dependência econômica, bem como estimulando-as a atividades políticas e culturais. (GOLDMAN, 2014)

Foi com base nesses princípios e concepções que os bolcheviques iniciaram suas primeiras ações no governo. O primeiro Conselho dos Comissários do Povo formado pós-outubro contou com a presença Alexandra Kollontai à frente do Comissariado do Povo para o Bem-Estar Social⁷. Com essa ação, a Rússia passou a ser o primeiro país no mundo a ter uma mulher no cargo compatível ao de ministra. Ainda em 1917, iniciou-se também a publicação das primeiras leis voltadas a garantir a igualdade e os direitos das mulheres: Foi decretada a igualdade de todos os cidadãos, as camponesas ganharam o direito sobre a terra, em dezembro foi implementado o casamento civil (extinguindo o casamento religioso) e o divórcio foi legalizado, bastando para obtê-lo ser solicitado por qualquer um dos cônjuges.⁸ Além disso, foi ratificada a participação política das mulheres como eleitoras e elegíveis. (NAVAILH, F., p. 280-281)

⁷ Ou Previdência Social.

⁸ A Rússia passou a ser o primeiro e único país a facilitar o divórcio a este ponto.

Em 1918, depois de alguns meses de elaboração e debate, foi aprovado o primeiro Código Completo do Casamento, da Família e da Tutela, a primeira iniciativa de peso dos bolcheviques no sentido da destruição da família patriarcal. A lei aboliu o poder marital, impedindo o marido de impor o nome, domicílio ou nacionalidade à esposa, instituiu a pensão alimentícia em caso de separação e acabou com a diferença entre filhos legítimos e ilegítimos. Além disso, o trabalho feminino também foi protegido e foi criada a licença-maternidade. (NAVAILH, F., p. 280-281)

Além do Decreto de Socialização da Terra e do Código de Família, as mulheres também foram contempladas a partir do Comissariado do Trabalho, que aboliu as discriminações nas contratações e garantiu a licença maternidade paga e o direito das mulheres grávidas de realizarem trabalhos mais leves. O Comissariado de Educação reafirmou o decreto do Governo Provisório, publicado em abril, sobre a instituição de coeducação entre homens e mulheres (CLEMENTS, 2012, p. 159; ARRUZZA, 2010, p. 44-45).

Em novembro de 1920, os Comissariados de Saúde e Justiça legalizaram o aborto tornando a União Soviética o primeiro país no mundo a garantir o aborto legal, seguro e gratuito às mulheres. O decreto se posicionava dizendo que

Nos últimos anos, o número de mulheres que fizeram abortos cresceu em nosso país e em todo o mundo. A legislação de todos os países luta contra esse mal mediante a punição das mulheres que optam pelo aborto e dos médicos que o realizam. Esse método de luta não tem nenhum resultado positivo. Ele faz com que a operação seja subterrânea e transforma as mulheres em vítimas da ganância e muitas vezes de aborteiras ignorantes que se aproveitam dessa situação clandestina. (GOLDMAN, 2014, p. 304).

A partir do decreto, os abortos seriam disponibilizados em hospitais, mas as parteiras e outras pessoas que atuassem fora de unidades hospitalares ainda seriam reprimidas caso realizassem o procedimento.

A partir de Outubro, também se iniciou a construção de uma rede de serviços destinados à socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças e doentes. Nas cidades, mas também onde era possível no campo, iniciou-se a construção de creches, pré-escolas, orfanatos, hospitais, restaurantes e lavanderias, com objetivo de retirar esse trabalho dos ombros das mulheres nas famílias (realizado de forma gratuita) e passar a fazê-lo sob a forma de trabalho público assalariado.

A terceira área de intervenção das políticas era o estímulo à presença de mulheres na educação, no trabalho e na política, o que foi realizado a partir de alterações legais, campanhas, programas de formação profissional e política etc. Nesse campo, o

Zhenotdel, departamento feminino do Comitê Central do PC atuou incentivando a formação educacional e profissional das mulheres e brigando pela abertura de novos espaços às mesmas não somente profissionalmente, mas também inserindo-as na política, na administração estatal, nos sovietes, sindicatos, etc. Durante os anos da guerra civil, o departamento também cumpriu importantes papéis na mobilização e propaganda entre a população, e na organização efetiva de bases e instrumentos de socialização do trabalho doméstico e redes de abastecimento, com destaque para os lares de crianças e os restaurantes populares, que assumiram grande importância nesse período devido às condições econômicas do país.⁹

A inventividade dos primeiros anos da revolução, entretanto, foi estrangulada por condicionantes econômicos, sociais e culturais. Muitas vezes, a condição de pobreza, bem como a mentalidade conservadora de parte da população, limitou a aplicação dessas políticas. Houve contradições internas às mesmas também: Os serviços de socialização do trabalho doméstico problematizaram o trabalho gratuito no lar, mas não a divisão sexual do trabalho que direcionava as mulheres às tarefas de reprodução social, assim, parte do trabalho doméstico era socializado, mas continuava sob incumbência das mulheres. Por outro lado, escolhas econômicas durante os anos da NEP, por exemplo, impactaram os recursos destinados aos serviços de socialização do trabalho doméstico, bem como levaram, sobretudo em um primeiro momento, a um grande desemprego entre as mulheres frente à desmobilização do exército empregado na Guerra Civil. (GOLDMAN, 2014)

Tais limitações ganharam novos contornos sob o governo de Stalin, onde gradativamente, em paralelo com a aceleração de um processo fechamento democrático na sociedade e no partido, as políticas destinadas às mulheres e à família foram reformuladas, contendo o impulso revolucionário e resgatando um modelo de família e de atuação política feminina que servisse ao regime stalinista.

O governo de Stalin continuou a redirecionar gradativamente os gastos orçamentários para o investimento da indústria, o que, a partir de 1928, se intensificou com o início dos Planos Quinquenais. Isso significou uma quase extinção das políticas de socialização do trabalho doméstico, como restaurantes, lavanderias, creches e berçários assim como orfanatos, casas para idosos e outros serviços de bem-estar

⁹ Para mais detalhes sobre a atuação do *Zhenotdel*, ver CLEMENTS, 1992; SENNA, 2012; STITES, 1978; WOOD, 1997.

garantidos pelo Estado. Alguns foram oficialmente encerrados, outros, restritos à burocracia partidária/governamental. (GOLDMAN, 2014)

Stalin também atuou reprimindo a organização das mulheres, de modo a eliminar possíveis resistências à reconfiguração das políticas. Em 1922, ano que Stalin assume como Secretário Geral do Partido e se torna responsável pelas nomeações, é o mesmo ano em que Kollontai, logo após uma participação ativa na Oposição Operária, é enviada para a Noruega como representante comercial (FARNSWORTH, 2010). Em 1926, já sob novo cenário pós-morte de Lênin e com a hegemonia stalinista estabelecida, o Secretariado de Mulheres da III Internacional é dissolvido e em 1930, durante a vigência do Primeiro Plano Quinquenal, e ano em que se inicia a coletivização, o *Zhenotdel* também tem o mesmo destino.

Com encerramento da organização das mulheres, Stalin abriu caminho também para outros retrocessos legais, buscando reforçar a centralidade da família patriarcal hierárquica e o papel da mulher junto ao lar. Em 1934, a homossexualidade e a prostituição foram criminalizadas, o que é interpretado por nós como uma intervenção no sentido da normatização da família heterossexual, monogâmica, voltada para a reprodução. Em 1936, o aborto foi proibido e a autoridade paterna na família foi reestabelecida (NAVAILH, 1991, p. 296-298).

O novo Código de Família de 1936, aprovado sob grande pressão natalista em uma conjuntura de industrialização, coletivização e preparação da Segunda Guerra Mundial, proibiu o aborto, exceto em caso de risco de vida da mulher, aprovou um seguro para o nascimento de filhos e dobrou o benefício mensal à mãe empregada. A Lei também implementou prêmios em dinheiro para estimular as mulheres terem filhos¹⁰, bem como previa a expansão o número de maternidades, creches e berçários (CLEMENTS, 2012, p. 183; GOLDMAN, 2014, p. 382-383).

A primeira metade da década de 1940 ainda veria a continuidade das políticas iniciadas com o Código de 1936. Em 1941, foi introduzido um imposto sobre solteiros e o aumento da taxa cobrada pelo divórcio. Em 1943, as escolas deixaram de ser mistas, enfatizando a diferença de educação e papéis de homens e mulheres. Em 1944, foi feita uma nova revisão no Código de Família, que dificultou ainda mais o divórcio e previu

¹⁰ Segundo Goldman “A cada mulher com seis filhos ou mais a lei garantia 2 mil rublos por 5 anos por cada criança nascida depois. Mães com onze crianças recebiam 5 mil rublos por cada criança adicional por um ano e 3 mil rublos pelos seguintes quatro anos” (GOLDMAN, 2014, p. 383)

benefícios para as mães solteiras¹¹. Ainda em 1944, o aborto foi totalmente proibido e criou-se a premiação do título de Glória Materna (7 a 9 filhos) e Mãe Heróica (mais de 10 filhos) (NAVAILH, 1991, p. 300-301; ARRUZZA, 2010, p. 68; CLEMENTS, 2012, p. 200).

Apesar do remodelamento do lugar da mulher como mãe e do reforço da família por motivos diversos, a “era stalinista” prosseguiu sobre uma crescente de incorporação das mulheres no mundo do trabalho. Clements (2012) relata que, no contexto dos primeiros Planos Quinquenais, inicialmente, os economistas trabalharam com a ideia da expansão da força de trabalho a partir do emprego dos homens desempregados. Entretanto, logo se deram conta que a quantidade de homens não era suficiente e que seria necessário contratar as mulheres. Mais uma vez, o governo ordenou o estabelecimento de programas de treinamento para as mulheres e proclamou a necessidade do fim das práticas discriminatórias nas contratações. Em 1940, a URSS tinha 39% do total da força de trabalho assalariada constituída de mulheres, sendo a maior porcentagem do mundo¹² (CLEMENTS, 2012, p. 174)

Ao que tudo indica, contraditoriamente, a industrialização sob o stalinismo foi responsável por uma redução da divisão sexual do trabalho *no campo do trabalho assalariado*. Não só as mulheres ingressaram no trabalho assalariado em grande número, como também em áreas consideradas tradicionalmente masculinas. No final dos anos 1930, 63% dos médicos, 42% dos economistas, 33% dos jornalistas, escritores e editores eram mulheres. Apesar disso, a maioria das mulheres continuou a ocupar trabalhos de secretaria, serviços de educação e alimentação, fábricas têxteis, menos pagos que os trabalhos tradicionalmente masculinos como metalurgia, e a ideia de liderança masculina permanecia. Durante a Segunda Guerra Mundial, um milhão de mulheres se alistou e muitas outras foram mobilizadas para as indústrias de guerra (CLEMENTS, 2012, p. 173-174).

No que tange às mulheres, esse seria um período de retrocessos em quase tudo que visava libertá-las da família e do lar, o que se refletiu na redução das políticas públicas, e na alteração das leis, ainda que houvesse diversos avanços no sentido da ocupação do espaço público como trabalhadoras. Uma coisa, somada à outra, resultaria na instituição de uma *dupla jornada* justificada ideologicamente como dever da mãe soviética. O

¹¹ A lei buscava estimular a gravidez entre mulheres solteiras, já que havia um grande déficit de homens em relação à quantidade de mulheres (CLEMENTS, 2012, p. 200)

¹² Para outros países: EUA 25%, Suíça e Itália 28%, Alemanha 30% e França 37%. (CLEMENTS, 2012, p. 174)

período, segundo Clements, seria marcado por uma combinação de feminismo bolchevique com o culto à domesticidade, no qual as mulheres seriam vistas como participantes na sociedade, e, principalmente, como mães apoiadoras do comunismo que ensinariam seus filhos a serem comunistas-modelos (CLEMENTS, 2014, p. 173).

3. A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E OS LIMITES DA EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA

Como compreender que o país onde as mulheres fizeram a revolução foi o mesmo onde, poucos anos depois, os direitos conquistados pelas mulheres fossem retroceder? Do debate sobre o fim da família, “saltou-se” para o debate sobre a defesa desta, da autoridade masculina e das mulheres como mães e esposas. Como entender o papel desses retrocessos dentro do regime de Stalin? Essas são perguntas de difíceis respostas, mas gostaríamos de arriscar algumas reflexões, ainda que não definitivas, sobre esse percurso histórico, associando-o com o debate sobre a teoria da reprodução social. Para fazer isso, utilizaremos a perspectiva teórica de Alexandra Kollontai, como base para compreender determinadas limitações nas formulações soviéticas, bem como buscaremos analisar as políticas stalinistas, em diálogo com a teoria da reprodução social. Temos em mente com esse percurso, apresentar um caminho teórico que arrisca uma resposta sobre como a esfera da reprodução foi pensada pelos teóricos/as soviéticos e como ela seria usada com centralidade pelo regime de Stalin.

3.1. Kollontai e as formulações soviéticas: avanços e limites

Alexandra Kollontai foi a maior e mais famosa liderança feminina entre os socialistas russos. Sua importância se deve não somente a todos os seus esforços na fundação e consolidação de um movimento feminino operário na Rússia, bem como ao fato de que Kollontai era também uma liderança teórica, que formulou amplamente sobre a condição feminina, além de uma exímia articuladora política, o que deu amplitude às formulações políticas para as mulheres não somente no movimento de massas, mas também a partir da disputa das lideranças bolcheviques para essa pauta.

Kollontai foi uma mulher a frente de seu tempo em muitos sentidos. Vanguarda na elaboração política feminista, ela se debruçou sobre assuntos espinhosos à sua época, como o direito das mulheres à sexualidade e ao prazer, a denúncia da dupla moral e de casamentos por interesse, bem como o autoritarismo e a possessividade presente nas relações afetivas, defendendo relações sexuais e afetivas como a união entre duas pessoas livres e iguais.

Em sua vida pessoal e seus escritos, Kollontai ousou propor um novo modelo de mulher, que não tinha o amor e a família como centro de suas vidas, que se realizava no trabalho, nas atividades sociais, culturais e políticas, na sua contribuição para a sociedade, e não exclusivamente para a sua família. Um modelo de mulher que rompia com sua dedicação exclusiva ao espaço privado (que passa a segundo plano) e com a ideia da mãe e dona de casa submissa e restrita a seu lar e família. A nova mulher, cujo surgimento ocorria, segundo Kollontai, como consequência do avanço da inserção feminina na força de trabalho assalariada, era a mulher proletária, independente e livre, que se somaria à luta da classe trabalhadora.

Se hoje, de um modo geral, a política ainda é vista como um espaço masculino, no início do século XX, essa situação ainda era mais intensa. Kollontai, juntamente com outras/os bolcheviques (entre eles Lenin e Trotsky), lutou pelo incentivo e garantia da participação política das mulheres. A defesa da inserção das mulheres no trabalho assalariado, inclusive em áreas que eram normalmente reservadas à força de trabalho masculina, relacionando-a a sua autonomia financeira e à mudança de sua condição na família, etc. também é um ponto extremamente positivo presente em seu pensamento. Em uma conjuntura em que a defesa da presença das mulheres no trabalho e na política era minoritária na sociedade, a socialdemocracia internacional se transformou em uma trincheira da luta pela ocupação das mulheres pelos espaços públicos, ainda que realizasse essa tarefa com limitações.

Frente ao feminismo “burguês”, que lutava “apoliticamente”, ou com o apoio de setores liberais ou até conservadores, pelos direitos das mulheres, o “feminismo” socialista da segunda (e terceira) internacional se colocou veementemente sobre a necessidade da superação do capitalismo para que fosse possível libertar as mulheres, estabelecendo os primeiros passos da aliança entre perspectiva anticapitalista, revolucionária e de emancipação das mulheres, a partir da afirmação de que somente o socialismo poderia garantir a libertação das mesmas. Um outro “acerto” muito importante das formulações socialistas, transformadas em políticas no primeiro período do governo soviético, foi o reconhecimento das tarefas relacionadas à reprodução (cuidado da família e lar) e a proposição da responsabilização de toda a sociedade por este trabalho (antes restrito às mulheres de forma privada) tirando o máximo possível essa responsabilidade das famílias a partir da socialização do trabalho doméstico.

Em todos esses pontos, e outros que não levantamos aqui, o pensamento bolchevique, e de Kollontai em especial (visto que as formulações sobre sexualidade e

nova mulher tem sua elaboração por ela), se demonstraram muito férteis e tornaram possíveis muitas das importantes políticas implementadas pelo governo soviético sobre as mulheres e a família. Em outras formulações, entretanto, identificamos alguns pontos problemáticos para a discussão.

No caso de Kollontai, que iremos analisar, encontramos alguns assuntos nos quais, sobretudo olhando com nossos olhos do presente, ela parece pouco “vanguardista”, por assim dizer. Embora com posições muito avançadas para a época em diversas questões, Kollontai também tinha uma visão conservadora sobre alguns assuntos, como por exemplo, a prostituição e o aborto¹³, bem como propagou uma ideia de “dever social da maternidade”, a partir do qual as mulheres teriam como uma de suas tarefas sociais, serem mães. Se por um lado, essa formulação vinha junto à ideia de que o Estado Socialista deveria garantir condições e serviços para o exercício da maternidade em novos moldes e com a defesa de destruição da família patriarcal, por outro lado, a naturalização dessa condição era problemática.¹⁴

No prefácio da obra *Sociedade e Maternidade*, Kollontai escreve:

O governo soviético é o primeiro governo do mundo a reconhecer oficial e legalmente a maternidade como uma das funções sociais das mulheres e, baseando-se no fato de que em uma república de trabalhadores as mulheres sempre terão essa *obrigação* laboral particular para com a sociedade, abordou o problema do provimento à maternidade desse novo ponto de vista. (KOLLONTAI, 1916 – tradução minha, grifos meus)¹⁵

Um elemento bastante importante nas formulações de Kollontai também é a forma como ela vê a relação entre a opressão das mulheres e a família. Quando esteve à frente da direção do *Zhenotdel*, em 1921¹⁶, Kollontai proferiu uma série de conferências com objetivos de formação política de mulheres que, posteriormente ao curso, estariam

¹³ Em diversas passagens de seus textos, Kollontai se refere de forma preconceituosa com as prostitutas, vendo-as como elemento de degradação moral e da saúde pública. No que tange à questão do aborto, Kollontai (e Lenin) veem o mesmo como um “mal necessário” e temporário, justificável pelas condições sociais, culturais e econômicas, mas destinado a um fim próximo, não levando em conta a opção das mulheres por serem ou não serem mães. Kollontai chega mesmo a condenar as mulheres que porventura abortavam porque não queriam ser mães. (KOLLONTAI, 1976, p. 81)

¹⁴ É importante notar também que, aparentemente, naquele período, o movimento feminista “burguês” igualmente tratava as mulheres a partir do paradigma de mães, bem como as mulheres da classe trabalhadora reivindicavam aos partidos socialdemocratas políticas de proteção à maternidade e à infância. A existência de vozes que separassem “mulher” e “mãe” era minoritária. Outro ponto importante a notar é que, embora a maternidade fosse vista como um “dever social”, esta não caminhava junto, na visão bolchevique, com o culto à domesticidade da mulher, sua submissão ao marido ou sua privação sexual.

¹⁵ Nesse mesmo texto, encontramos expressões que se referem à maternidade como um “dever cívico sagrado”, embora doloroso ou indicações de que a política de serviços para as grávidas ocorria principalmente em decorrência de elas carregarem os futuros cidadãos.

¹⁶ O conjunto de 14 conferências foram publicadas pela primeira vez em 1925 em uma compilação sob o título *La mujer em el desarrollo social* (KOLLONTAI, 1976).

encarregadas pelo trabalho nas sessões femininas do partido. Devido à finalidade do curso e à posição que ocupava, Kollontai buscou apresentar uma concepção mais “acabada” de sua visão sobre a opressão das mulheres e de como via o processo de libertação delas sob a sociedade comunista e o governo soviético.

Nessas conferências, Kollontai considerou a origem da opressão das mulheres como estando relacionada à sua expulsão do espaço da produção. Essa ideia é construída por Kollontai ao longo da análise das sociedades pré-capitalistas, onde ela vai acompanhando historicamente e perda da função produtiva do trabalho feminino simultaneamente à reunião do poder produtivo pelos homens e sua consequente restrição às tarefas reprodutivas. Sem função produtiva no mundo capitalista, as famílias, segundo Kollontai, também teriam se tornado supérfluas. Ela chega a mencionar até mesmo que a família, que era uma necessidade do período da “economia natural”, se convertia em um freio para o desenvolvimento econômico, por ligar a mulher a uma atividade “*inútil* e improdutiva para a economia nacional” (o trabalho doméstico privado) (KOLLONTAI, 1976. p. 49 – grifos meus).

Na perspectiva de Kollontai, a superação da opressão das mulheres deveria se relacionar, portanto, com sua reinserção na esfera produtiva. No entanto, há uma contradição também levantada por Kollontai: o fato de que, no capitalismo, a inserção das mulheres nos espaços produtivos voltava a ocorrer, mas, no entanto, elas continuavam oprimidas. Ao admitir isso, Kollontai afirma vagamente que a situação da mulher sob o capitalismo continuava sem resolução por causa de sua relação com o sistema de produção capitalista e a divisão de classes, em uma sociedade baseada sobre a propriedade privada (KOLLONTAI, 1976. p. 49), mas ela não desenvolve a questão.

A meu ver, a perspectiva com a qual Kollontai via a relação entre a opressão das mulheres e seu afastamento da produção social, seu vínculo à ideia de dever social da maternidade, bem como uma expectativa de fim da família patriarcal a curto prazo dificultaram sua percepção sobre como o capitalismo, e inclusive o regime de transição socialista, se relacionava com o trabalho de reprodução social, e como este, por sua vez, se relacionava com a divisão sexual do trabalho e perpetuação da família e dos papéis de gênero (em linguagem contemporânea) em determinados moldes. Tais limites foram bastante importantes não somente por eles mesmos, mas também, e principalmente, pelas consequências políticas que tiveram.

A interpretação de Kollontai, de que a opressão das mulheres estava vinculada à sua expulsão dos espaços da produção, bem como a ideia de dever social da

maternidade, pode nos auxiliar a explicar um dos motivos pelos quais Kollontai, ainda que com todas as ressalvas e críticas, continuou a apoiar publicamente o regime stalinista. O ganho objetivo e simbólico ocasionado pela inserção das mulheres no trabalho assalariado talvez tenha parecido suficientemente promissor, ao passo que o reforço da mulher como mãe também encontrava algum eco no pensamento de Kollontai, embora ela fosse radicalmente contra ao modelo de família pautado sobre a autoridade patriarcal. De um modo geral, o regime soviético, mesmo que com todos os retrocessos, por muitos anos ainda garantiria mais direitos para as mulheres que em outros países. Obviamente, onde o convencimento não agiu, a repressão também teve seu papel na definição de suas posições e ações políticas de Kollontai¹⁷.

É importante ressaltar que as limitações presentes no pensamento de Alexandra Kollontai não são somente dela, mas refletem o acúmulo de uma época. Por exemplo, a perspectiva de que o capitalismo facilitava a dissolução dos laços familiares esteve presente nas formulações de diversos socialistas da segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, inclusive em Marx e Engels.¹⁸ Tal interpretação, em minha opinião, era fortemente influenciada pelo fato de que essas lideranças viviam em uma fase do desenvolvimento capitalista marcada por uma exploração brutal da classe trabalhadora, e pela imposição de formas de extração de mais valor que tinham impacto grosseiro sobre a degradação da vida familiar da classe trabalhadora, sujeitando todos os seus membros à exploração. A seus olhos, de fato o capitalismo *parecia* eliminar a família operária, quando, na verdade, a degradava o máximo possível, mas modulando sua degradação frente às necessidades de reprodução e exploração da força de trabalho.

Apresento algumas das limitações teóricas mais importantes (a meu ver) no pensamento de Kollontai (compreendendo que o mesmo não se dá isolado de um debate que era coletivo) com intuito tanto de evidenciar os limites desta formulação teórica e suas diferenças com a teoria da reprodução social, quanto para refletir sobre como as concepções teóricas limitadas também “desarmaram” socialistas de grande envergadura intelectual da época para a compreensão da profundidade da questão das mulheres e da família, reflexão que nos serve de alerta para o presente.

¹⁷ Para ver mais sobre a relação de apoio e conflito entre Kollontai e o governo de Stalin, ler FARNSWORTH, 2010 (Farnsworth faz um belo trabalho de recuperação do pensamento de Kollontai a partir do estudo de seus diários, trabalhando com a análise da dicotomia entre as opiniões públicas e privadas de Kollontai.) e SILVA, 2017.

¹⁸ Parte dessa investigação, sobre como os socialistas da I e II Internacionais formularam sobre a família e a opressão das mulheres, é objeto de minha pesquisa de doutorado recentemente iniciada.

3.2. Compreendendo limites e retrocessos soviéticos em diálogo com a teoria da reprodução social

A primeira proposta socialista de organizar o trabalho reprodutivo sob novas bases remonta a formulação dos falanstérios do socialista utópico Charles Fourier¹⁹. (ARRUZZA, 2010; GOLDMAN 2014). Entre as muitas elaborações presentes entre as primeiras décadas do século XIX e 1917, foram as políticas implementadas a partir da Revolução as responsáveis por colocar em andamento uma série de ações nunca antes testada na prática. No que tange à reprodução social, os bolcheviques foram perspicazes ao compreender e reconhecer a designação que historicamente às mulheres tinham por este trabalho, feito de forma privada, gratuita e invisibilizada nos lares, e se propuseram a pensar a reprodução social de forma coletiva visibilizando a importância dessa esfera, e por isso, a responsabilidade de toda a sociedade com a mesma.

Entretanto, é importante notar que, em geral, a problematização foi colocada sobre o caráter privado e gratuito do trabalho doméstico, que levava à privação social e a dependência econômica das mulheres, mas não sobre a divisão sexual do trabalho²⁰. Se, por um lado, parece compreensível que nos anos 1910-1920 as pessoas ainda achassem tarefas como limpeza, cozinha e cuidado de crianças, doentes e idosos, que compreendiam os serviços de socialização do trabalho doméstico, fossem tarefas femininas, por outro, a manutenção da naturalização do direcionamento do trabalho reprodutivo às mulheres acabou por levar a uma reorganização apenas parcial com a forma como se dariam as novas bases da reprodução social na URSS. Fosse nos serviços de socialização do trabalho doméstico, fosse na ainda existente ideia de “dever social da maternidade” (ainda que o aborto fosse legal), as mulheres ainda eram as responsáveis pela reprodução social. Tanto o trabalho de manutenção e reprodução da força de trabalho ativa e não ativa, quanto o trabalho de reprodução biológica²¹, era das mulheres, ainda que sob novo formato, socializado.

Em minha dissertação, arrisco um palpite de que é essa ruptura apenas parcial com a reorganização do trabalho reprodutivo pós-revolução que facilitou que o regime stalinista ainda tivesse toda uma estrutura para reativar e submeter a seus objetivos. A

¹⁹ Fourier, entretanto, também designava esse trabalho às mulheres.

²⁰ O termo não era utilizado à época, mas recorreremos ao mesmo como recurso explicativo.

²¹ Lise Vogel (2013), ao elencar três aspectos do “trabalho necessário” realizado de forma doméstica aborda: a manutenção direta dos produtores (trabalhador), a manutenção dos não-trabalhadores (crianças, velhos, doentes, e outros membros não-trabalhadores nas famílias) e reposição geracional (biológica) da classe trabalhadora, observando que destes, em tese somente o último requer uma mínima divisão sexual do trabalho.

partir do momento em que os serviços de socialização do trabalho doméstico foram sucateados e/ou burocratizados, a família voltaria rapidamente a ser propagandeada como lugar privilegiado de garantia da reprodução social, resgatando inclusive a ideia de uma família hierárquica e marcada pela autoridade masculina.

A meu ver, a maior contribuição da TRS é chamar atenção para o fato de que as *pessoas* precisam ser mantidas e reproduzidas de alguma forma. Se por um lado, a TRS se propõe a pensar o capitalismo, por outro ela joga uma luz importante sobre outros modos de produção e épocas históricas, visibilizando as relações de reprodução. Sua aplicação a sociedades pré-capitalistas, onde não havia uma distinção nítida, temporal e espacial, entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, já que a família era a unidade de produção, é complicada. Entretanto, é possível sua utilização para a análise de sociedades “pós-capitalistas”²² que continuem a operar sobre uma separação entre espaço produtivo e reprodutivo, como foi o caso da sociedade soviética.

Conforme Cinzia Arruzza faz questão de definir:

O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade [...]. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: *a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional*. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado. (ARRUZZA, 2015a, p.55 – grifos meus)

Analisando o capitalismo, a TRS nos mostra como a divisão das esferas entre produção e reprodução não resulta em uma autonomia entre as duas, mas em uma relação de “dependência alienada”, onde uma depende da outra, mas não reconhece que sua condição de existência depende da outra. Assim, por exemplo, Lise Vogel nos apresenta como a exploração capitalista depende da reprodução da força de trabalho sujeita à exploração e como a necessidade de converter à família em espaço privilegiado de reprodução da classe trabalhadora condiciona determinantes à opressão das mulheres. A partir da análise das categorias de mais valor relativo e mais valor absoluto, Vogel nos alerta sobre como o trabalho doméstico gratuito se relaciona com os salários e a disponibilização de uma massa de trabalhadores. (VOGEL, 2013)

Ainda segundo Vogel (2013), através dessa conformação das relações específicas entre produção e reprodução o capitalismo submete a família e a opressão da mulher às suas necessidades de produção e acumulação, apoderando-se dessas estruturas para seu

²² Há um extenso debate sobre a caracterização econômica do regime soviético sobre o qual não adentraremos aqui. Marcel Van der Linden recupera esses debates na obra *Western Marxism and the Soviet Union: A Survey of Critical Theories and Debates since 1917* (LINDEN, 2007).

funcionamento e passando a regê-las sob suas leis. Assim, polemizando com as feministas que defendem um sistema dual, Lise Vogel defende que, no capitalismo, não é possível falar em um “sistema patriarcal” *autônomo*, que funcionaria segundo suas próprias leis, reivindicando, dessa forma, uma *teoria unitária* entre feminismo e marxismo.

Cabe a nós, o balanço sobre como, quanto e se a experiência soviética conseguiu romper com essa conformação do trabalho reprodutivo do capitalismo. Nesse sentido, cabe lembrar que as políticas dos primeiros anos de governo soviético (sobretudo de 1917 ao período da Guerra Civil) foram marcadas por uma tentativa consciente de superar, não tanto a divisão, mas principalmente a alienação entre produção e reprodução, sobretudo a partir da visibilização e da socialização do trabalho reprodutivo. O intuito era, por meio da sua visibilização e socialização, integrar a esfera reprodutiva à totalidade social. Tal concepção apresenta uma relativa superação da segregação entre produção e reprodução e da forma como essas esferas são apresentadas no capitalismo, mas uma superação ainda limitada.

Polemizando com os/as pesquisadores/as que defendem a divisão sexual do trabalho como a origem da opressão das mulheres, Vogel (2013) sustenta que a separação entre produção e reprodução, bem como a divisão sexual do trabalho, seriam manifestações empíricas da necessidade estrutural do capital de reprodução da classe trabalhadora. Segundo ela, a fonte da opressão das mulheres *sob o capitalismo* era a dependência deste com a esfera/tarefas/trabalho de reprodução. A divisão sexual do trabalho seria uma consequência dessa dependência, mas não a causa. Quando Vogel levanta essa questão, ela tem em mente o capitalismo e a privatização das tarefas de reprodução da força de trabalho pelo mesmo a partir da família. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que também é possível jogar o trabalho de reprodução social sobre as mulheres, de forma coletiva, socializada, e não somente de forma privada como no sistema capitalista.

Não quero aqui fazer uma mera aplicação mecânica da TRS (que busca pensar o capitalismo) para a sociedade soviética, mas utilizá-la para alertar-nos de que perspectivas de construção de uma nova sociedade sem exploração, sem classes e sem opressão de gênero deverá não somente ter o feminismo como programa, mas também terá de responder a pergunta sobre como reorganizar a reprodução social sob novos moldes. O regime surgido com a Revolução de 1917 não era capitalista, mas não

superou por completo a lógica de organização do trabalho reprodutivo presente nas sociedades capitalistas, adaptando-a a seu funcionamento, mas não a eliminando.

A economia e a política stalinista aprenderam a reforçar a dicotomia e complementaridade de uma relação alienada entre esfera produtiva e reprodutiva, utilizando a responsabilização privada das mulheres pelas tarefas de reprodução de forma funcional à aquisição de um máximo crescimento industrial (e depois bélico). Uma interessante pesquisa a ser feita, inclusive, seria investigar o quanto o trabalho reprodutivo privado esteve no centro das políticas econômicas stalinistas, possibilitando através do trabalho doméstico gratuito o redirecionamento de recursos de áreas sociais para a indústria ao mesmo tempo em que incorporava as mulheres no trabalho assalariado, jogando sob seus ombros uma pesada jornada destinada ao crescimento econômico do país. O reforço ideológico da família patriarcal também foi conveniente aos objetivos políticos de manutenção e naturalização de estruturas hierárquicas de poder.

Em *A Revolução Traída* (TROTSKY, 2008), Trotsky analisou os retrocessos impostos à família e aos direitos das mulheres sob o stalinismo, no processo que ele chamou de “*termidor no lar*” observando que vários elementos estiveram ligados para que esse resultado fosse possível. Ele evidencia que, no campo econômico e social, em paralelo ao balanço negativo das políticas de socialização do trabalho doméstico houve a percepção de que utilizar o trabalho gratuito das mulheres era mais barato ao Estado para garantir as funções de reprodução social²³, o que se somava à pressão pró-natalidade com fins de crescimento econômico. Mas do ponto de vista das culturas e mentalidades, a repressão política estalinista combinava-se com a reativação da família como um elemento fundamental na internalização de uma cultura de autoridade e submissão. Segundo ele

O motivo mais imperioso do atual culto da família é, sem dúvida, a necessidade que a burocracia tem de uma hierarquia estável das relações, de uma juventude disciplinada e espalhada por quarenta milhões de lares, servindo de pontos de apoio à autoridade e ao poder (TROTSKY, 2008, p. 170)

Arruzza, também refletindo sobre as ações do regime stalinista sobre as famílias e as mulheres, observa que

A família tradicional foi restaurada pelo estalinismo pelas mesmas razões que os revolucionários de Outubro tentaram superá-la. Já não

²³ No texto, Trotsky se refere às tarefas de reprodução. A utilização do termo reprodução social para descrever sua abordagem é minha.

se tratava de apagar o passado, de desembaraçar-se do velho traste da burocracia e da autocracia, de abolir a exploração. Pelo contrário, tratava-se de garantir a conservação e a reprodução de uma nova casta burocrática. O reforço da família tornou-se, assim, um importante instrumento do ‘Termidor’ estalinista, ajudando a garantir algo que o regime necessitava: a combinação de *obediência* e *produtividade*. (ARRUZZA, 2010, p.69 – grifos meus)

4. A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL ENTRE OS APRENDIZADOS DO PASSADO E OS DESAFIOS DO PRESENTE E DO FUTURO

A meu ver, a teoria da reprodução social apresenta-se como um bom instrumento para analisar tanto os acertos quanto os limites da experiência soviética. Ela nos auxilia a ter real dimensão tanto dos esforços de socialização do trabalho doméstico ligado aos objetivos de libertação das mulheres, quanto, ao mesmo tempo, de como esses esforços ainda significavam uma ruptura parcial com a reorganização da reprodução social, embora esses limites estejam em meio a tantos avanços.

Como comentei na introdução, este artigo faz um recorte um tanto injusto com o quão rica foram as formulações e políticas soviéticas e aconselho a possíveis leitores que busquem outras bibliografias onde eu ou outros autores adentram mais essa área. Se fiz esse recorte, foi uma opção que sobrepõe o espaço reduzido de um artigo junto à vontade de privilegiar um balanço honesto e sincero sobre avanços e limites da Revolução de 1917 e do governo soviético e as perguntas teóricas, políticas e históricas que ela deixou em aberto.

No caso de Kollontai, é importante perceber como seus limites teóricos levam a determinadas soluções na prática. Aqui, a TRS e Kollontai mantêm uma diferença fundamental: Se, para Kollontai, a opressão das mulheres se relacionava com sua expulsão do mundo produtivo, e não com a função de reprodução social exercida pelas mesmas, o espaço privilegiado de ação vai se dar sobre a esfera da produção, e não da reprodução. O trabalho doméstico gratuito era atacado para buscar libertar as mulheres do espaço privado e do lar, para “libertar” as mulheres e garantir seu acesso ao emprego, ao estudo, à cultura, à independência econômica, mas as mulheres continuavam como únicas responsáveis pela reprodução. A TRS nos permite ver que é necessário não somente inserir as mulheres no mundo produtivo, mas também refletir sobre em quais bases são organizadas a reprodução social repensando a totalidade dos trabalhos envolvidos na manutenção e reprodução da sociedade como um todo.

A análise do regime stalinista nos mune da ideia de que, assim como capitalismo remete o trabalho reprodutivo às mulheres, submetendo-o às suas necessidades de acumulação, o regime soviético formulou maneiras de utilizar o trabalho doméstico gratuito para suas necessidades de desenvolvimento econômico e crescimento demográfico.

Vogel, refletindo criticamente sobre a questão do trabalho reprodutivo nas sociedades socialistas, sugere que o caminho a ser tomado pelas mesmas deveria seguir em duas direções: por um lado garantir a diminuição do trabalho doméstico pela via da socialização deste e, por outro, o trabalho remanescente no espaço doméstico deve ser organizado em bases iguais entre homens, mulheres e crianças (em proporção apropriada) (VOGEL, 2013, p. 184). Na verdade, é necessário chacoalhar as definições de gênero nos mais diferentes espaços, subvertendo *tanto* a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo da forma como ele tem sido organizado historicamente desde o surgimento do capitalismo, *quanto* a divisão sexual do trabalho.

A TRS se coloca como uma arma necessária para antevermos os desafios teóricos e práticos a serem respondidos pelas perspectivas que visem transgredir o capitalismo e o patriarcado. O balanço da experiência soviética sob os olhos da TRS nos alerta que talvez tenhamos como tarefa histórica repensar a própria divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, bem como a importância de agir sobre as duas esferas em um período de transição de forma a superar a relação de “dependência alienada” entre as mesmas, e de colocar o *trabalho* e a reorganização do mesmo no centro desses desafios.

Ao final desse percurso, é necessário ter consciência que muitas dessas rupturas necessárias dependem de um amadurecimento da compreensão e problematização dos papéis sociais de gênero que só seria alcançado com profundidade ao longo de um longo percurso temporal e político que separa a experiência soviética do presente. Se por um lado apontamos seus limites, por outro não podemos ser anacrônicos e querer que pessoas do passado compartilhem com nossas visões (e experiências) do presente.

Entretanto, é interessante notar que, um século após a Revolução Russa temos uma conjuntura de ascenso de um movimento feminista e LGBT grandes, ainda que difusos, mas que têm como centro o questionamento das tarefas e padrões de gênero impostos pela sociedade, bem como o questionamento da própria necessidade da existência de padrões de gênero a serem impostos. É nessa mesma conjuntura que mulheres, LBGTs, negros, indígenas, povos não-brancos e migrantes continuam a ser responsabilizados pelos diferentes trabalhos que envolvem o conjunto da reprodução

social. O encontro entre esses movimentos e a TRS pode ajudar a organizar teoricamente algumas percepções, amplificando o potencial explosivo e anticapitalista dos mesmos.

5. BIBLIOGRAFIA

ALBARRACIN, J., El trabajo domestic y la ley del valor. Imprecor, Madrid, *Tema* n°. 63, p. 67-69, 1988.

ANDRADE, J. E. J. *O marxismo e a questão feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*. 2011. 210f. Tese (Dourado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARRUZZA, C. *Feminismo e Socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.

_____. *Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo*. Outubro, n° 23, p. 33-58, 2015a. Disponível em: <http://bit.ly/1IV8ss1>. Acesso em: 20/09/2016.

_____. *Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory*. 2015b. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2015/06/23/logic-or-history-the-political-stakes-of-marxist-feminist-theory/> Acesso em: 16/11/2016

_____. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. IN: Cadernos CEMARX, n°10. 2017. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/issue/view/182/showToc>. Acesso em: 26/02/2018.

BADIA, G. *Clara Zektin: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BAKAN, A.B. and DUA, E. *Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories*. University of Toronto Press, 2014.

BEBEL, A. *La Mujer y el Socialismo*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

BHATTACHARYA, T. *Mapping Social Reproduction Theory*. 15/02/2018. Disponível em: <https://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>. Acesso em: 26/02/18.

_____. O que é a teoria da reprodução social? Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Visitado em: 27/03/2019.

CISNE, Miria. Relações sociais de sexo, 'raça'/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Temporais*, Brasília, ano 14, n. 28, jul./dez. 2014, pp. 133-149.

CLEMENTS, B. Emancipation Through Communism: The Ideology of A. M. Kollontai. *Slavic Review*, Vol. 32, No. 2 (Jun., 1973), pp. 323-338

_____. Working-Class and Peasant Women in the Russian Revolution, 1917-1923. *Signs*. Vol. 8, nº 2, 1982. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3173897>

_____. The Utopianism of Zhenotdel. *Slavic Review*, Vol 51. No 3 (Autumn, 1992), p. 485-496

_____. *Bolshevik Women*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997

_____. *A History of Women in Russia: from earliest times to the present*. Bloomington, Indiana University Press, 2012.

CLIFF, T. *Alexandra Kollontai: Russian Marxist and Women Workers*. 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/cliff/works/1981/xx/kollontai.html> Acesso em: 27/02/2018.

CRUZ, P. L. *Alexandra Kollontai: Feminismo e socialismo - uma abordagem crítica do Direito*. São Paulo: Editora Alfa-omega, 2012

DONALD, M. Bolshevick activity amongst the working women of Petrograd in 1917. *International Review of Social History*, vol 27, 1982, pp 129-160.

ENGELS, F. *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala, 2009.

_____. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Carta para Joseph Bloch*. 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm> . Acesso em: 20/09/2016.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*. V.13, n 1-2, p.121-142, Jan/Jun e Jul/Dez, 2008. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3290/2702>.

Visitado em: 27/03/2019.

FARNSWORTH, B. Bolshevism, the woman, and Aleksandra Kollontai. *The American Historical Review*, Vol. 81, No 2 (Apr., 1976), p. 292-316

_____. Conversing with Stalin, Surviving the terror: The Diaries of Aleksandra Kollontai and the Internal Life of Politics. *Slavic Review*, Vol. 69, nº 4 (Winter 2010), PP. 944-970

FERGUSON, S and MCNALLY, D. Capital, Labour-Power, and Gender-relations: introduction to the Historical Materialism Edition of Marxism and the Opression of Women. IN: VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013. / Disponível em português: *Capital, força de trabalho e relações de Gênero*. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf. Visitado em: 27/03/2019

FONSECA, R. S. R. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019.

GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Women at the gates. Gender and industry in Stalin's Russia*. Nova York: Cambridge University Press, 2002.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.

KÄPPELI, A. Cenas Feministas. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

KERGOAT, D. Dinâmica e Consustancialidade das Relações Sociais. *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n.86, p. 92-103, 2010.

KOLLONTAI, A. *O Dia da Mulher*. 1913. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017

_____. *Preface to the Book Society and Motherhood*. 1916. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1915/mother.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. 1918b. IN: KOLLONTAI, A. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. *The First Steps Towards the protection of motherhood*. 1918d. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1918/steps-motherhood.htm> Acesso em: 06/07/2017

_____. Comunismo e Família. 1920b. IN: BEBEL, A; HELLER, A; TROTSKY, L e KOLLONTAI, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. *La mujer en el desarrollo social*. Barcelona: Editorial Guadarrama, 1976.

_____. Os sindicatos e a trabalhadora. 1921o. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

_____. Revolução na vida cotidiana. 1921p. IN: KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.

_____. *Revolução nos costumes*. 1921q. IN: KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global Editora, 1982.

_____. O Amor na Sociedade Comunista (carta à juventude operária). 1921v. IN: KOLLONTAI, A. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. Autobiografia de uma mulher emancipada. 1926. IN: KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. As combatentes no Dia do Grande Outubro 1927a. IN: SCHNEIDER, Graziela (org). *A Revolução das Mulheres: Emancipação Feminina na Rússia Soviética*. São Paulo. Boitempo, 2017.

KONDER, L. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

LENIN, V. I. A grande iniciativa. 1919. IN: Lenin, V.I. *Sobre a Emancipação da Mulher*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1980.

LINDEN, M.V. *Western Marxism and the Soviet Union: A Survey of Critical Theories and Debates since 1917*. Boston: Leiden, 2007.

MACHADO, B.A. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. IN: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) (org). *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017. De O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917)*. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf> Acesso em: 26/02/2016

MANDEL, E. *A Luta pela democracia socialista na União Soviética*. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política: livro 1: O processo de produção da capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Sobre o Suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MATTOS, M.B. *Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil*. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

MCDERMID, J. & HILLYAR, A. *Midwives of Revolution: Female Bolsheviks and Women Workers in 1917*. London: UCL Press, 1999.

NAVAILH, F. O modelo soviético. IN: PERROT, M & DUBY, G. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

PORTER, C. *Alexandra Kollontai. A biography*. London: Virago, 1980

SENNA, T. C. A seção de mulheres do partido bolchevique soviético. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*, 2012.

_____. *O Jhenotdel e a questão feminina na Rússia Soviética (1917-1930): o Departamento de Mulheres do Partido Comunista em meio à Revolução Russa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.

_____. A questão feminina na Rússia e suas respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado. *Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx*, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 258-280, fev. 2017. ISSN 2318-9657. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/180>. Acesso em: 27/02/2018.

SERRA, Y. IN: Kollontai, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

SILVA, D. J. Encontros e desencontros entre marxismo e feminismo: Uma análise da incorporação da luta pela emancipação das mulheres entre os revolucionários russos a partir de Lênin, Kollontai e Trotsky. IN: *Revista História e Luta de Classes*. nº 20. Setembro de 2015.

_____. Alexandra Kollontai: entre feminismo e socialismo. IN: *Revista História e Luta de Classes*. nº 23. Março de 2017.

_____. Independência ou em dependência? Apontamentos sobre as relações entre produção e reprodução no capitalismo. IN: *Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx*, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 281-302, fev. 2017. ISSN 2318-9657. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/194>. Acesso em: 27/02/2018.

_____. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2206.pdf>.

STITES, R. *The Women's Libetarian Movement in Russia: Feminism, Nihilism and Bolchevism: 1860-1930*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.

TROTSKY, L. Da velha à nova Família. 1923e. IN: BEBEL, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. *Problems of everyday life: and other writings on culture & science*. New York: Monad Press, 1986

_____. *A revolução Traída*. São Paulo: Centauro Editora, 2008. Publicação original em 1936)

VEST, C. *Alexandra Kollontai and the "Woman Question": Women and Social Revolution, 1905-1917*. 2011. Disponível em: http://www.lagrange.edu/resources/pdf/citations/2011/11_vest_history.pdf. Acesso em 02/03/2017.

VIOLA, L. Bab'i Bunty and Peasant Women's Protest during Collectivization. IN: *Russian Review*, Vol. 45, No. 1 (Jan., 1986), pp. 23-42.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*.
Chicago: Haymarket Books, 2013.

WOOD, E. A. *The Baba and the comrade: gender and politics in revolutionary Russia*.
Bloomington, Indiana University Press, 1997.